



PROMETEUS - FILOSOFIA



MESTRADO EM FILOSOFIA/ UFRJ - CATEDRA UNESCO/ ARCHAÍ

Julho - Dezembro de 2014 - volume 7 - Ano 7 - N. 16

ISSN: 2176-5960

PANORAMA HISTÓRICO-CONCEITUAL DO CETICISMO ANTIGO

Rogério Soares da Costa
Doutor em Filosofia pela PUC-Rio
DFL –PUC/RJ

RESUMO: O presente artigo pretende fornecer um panorama histórico-conceitual do ceticismo antigo, distinguindo e apresentando as suas principais correntes, para auxiliar aqueles estudantes que porventura queiram se dedicar à tarefa de determinação de um conceito adequado de ceticismo.

PALAVRAS-CHAVE: História da filosofia. Ceticismo. Academia. Pirronismo. Conceitos.

ABSTRACT: Paper in which we try to furnish a historical and conceptual framework of the ancient skepticism, distinguishing and showing its main kinds, to help those students who maybe want to dedicate themselves to the task to determinate an adequate concept of skepticism.

KEYWORDS: History of philosophy. Skepticism. Academy. Pyrrhonism. Concepts.

A história da filosofia é, de certa forma, feita pelas modificações introduzidas pelos filósofos, no sentido dos termos do senso comum e dos conceitos que outros filósofos utilizaram. Tal processo pode ser profundo o suficiente para que o sentido de um termo, quando enunciado pela primeira vez num contexto filosófico específico, possa se tornar algo muito diverso na obra de um pensador posterior.

Contudo, assim como o filósofo se apodera de termos do senso comum e os reveste de uma nova roupagem teórica, da mesma forma, agentes de fora da filosofia transformam conceitos filosóficos, por vezes empobrecendo-os e destituindo-os de qualquer profundidade teórica.

Um dos mais importantes exemplos desse processo histórico de transformação dos termos é o termo “cético”. Numa rápida observação do uso corrente de “cético” na atualidade, facilmente se constatará que ele se tornou quase um sinônimo de “cientificista”. Basicamente, hoje o cético é aquele que duvida de tudo aquilo que não pode, ou que não pode ainda, ser provado por meios científicos.

Certamente pouco se poderia ainda reconhecer do ceticismo antigo nesses novos “céticos” que fazem profissão de fé na ciência moderna e em seus métodos a ponto de excluir tudo aquilo que não pode ser determinado por eles. Seria difícil conceber que o helenístico Pirro de Élis, pai do ceticismo antigo, pudesse de alguma forma concordar com essas tais afirmações dogmáticas.

O presente artigo tem caráter eminentemente introdutório e não pretende esclarecer como uma mudança dessa natureza e profundidade pôde se dar no transcurso da história das ideias, mas somente fornecer um breve panorama histórico-conceitual do ceticismo antigo, distinguindo e apresentando as suas principais correntes, para auxiliar aqueles estudantes que porventura queiram se dedicar à tarefa de determinação de um conceito adequado de ceticismo.

O ceticismo antigo

Inicialmente, é necessário ter em mente que, na maioria das vezes em que aparece em polêmicas teóricas ao longo da história da filosofia moderna, o cético não possui uma voz própria. Ele tem a voz de seu adversário e é, sob todos os aspectos,

um ilustre desconhecido. Em geral, ele é um inimigo sem nome e sem rosto que, no entanto, deve ser derrotado antes que se possa dar por finda uma investigação filosófica qualquer. O cético, nesses casos, faz as vezes do opositor anônimo que simplesmente reage contra as teses defendidas pelo autor e que não as contrapõe a partir de afirmações ou teses próprias. Ele nem mesmo preserva os traços distintivos do ceticismo antigo, seja acadêmico ou pirrônico.

Ao contrário do que acontece na filosofia moderna, na antiguidade o cético não era uma criação quase retórica na composição dos tratados filosóficos, mas um adversário real e bem munido argumentativamente. Como assevera Richard Popkin, é no pensamento antigo grego que se inicia o ceticismo como uma concepção filosófica e não somente, da forma que popularmente hoje se dá, como dúvidas sobre o conteúdo de afirmações religiosas tradicionais. Mas já no período antigo se configura uma importante distinção entre “escolas” no ceticismo. Popkin esclarece assim essa distinção:

No período do helenismo as várias observações e atitudes de filósofos gregos de períodos anteriores forma desenvolvidas, formando um conjunto de argumentos, estabelecendo que (1) nenhuma forma de conhecimento é possível; ou que (2) não há evidência adequada para determinar se alguma forma de conhecimento é ou não possível e que, portanto, devemos suspender o juízo acerca de todas as questões relativas ao conhecimento. A primeira concepção denomina-se ceticismo acadêmico, a segunda, ceticismo pirrônico.¹

O ceticismo acadêmico floresceu no terceiro século A.C. sob a direção dos escolarcas Arcesilau e Carnéades. Nascido na Ásia Menor, Arcesilau (315-241 A.C.) estudou matemática e em Atenas foi discípulo de Teofrasto, sucessor de Aristóteles no Liceu. Transferiu-se posteriormente para a Academia e no ano de 270 A.C. foi eleito o novo chefe da escola platônica. Sob sua liderança a Academia passa a adotar uma postura mais crítica com relação à herança filosófica de Platão e, inspirando-se sobretudo em diálogos aporéticos como o *Teeteto* e o *Parmenides*, passa a defender uma prática dialética livre de dogmas inspirada na sentença de Sócrates “Só sei que nada sei”.

Carnéades de Cirene (213 -129 A.C.) foi discípulo do estoico Crisipo e inaugurou o que depois se convencionou denominar a “Nova Academia”. Com ele a

¹ POPKIN, 2000, p.13

escola platônica aprofunda ainda mais o caminho cético, chegando a afirmar que não se pode ter certeza de nada, pois tanto os sentidos quanto o raciocínio, únicas fontes do conhecimento, são falhos e sempre passíveis de erro. Ora, se o que se pensa conhecer pode estar errado, então não se tem conhecimento e sim uma opinião. O máximo que pode o homem honesto alcançar em seus empreendimentos cognitivos é um caráter provável para suas afirmações.

Roderick Chisholm resume a posição de Carnéades segundo três pontos: (1) o caráter provável de uma percepção, (2) a aceitabilidade de proposições não-contraditórias e concorrentes e (3) a verificação dessas proposições. O primeiro ponto é assim definido:

(1). Podemos enunciar a primeira tese de Carnéades dizendo: Se um homem tem uma percepção de alguma coisa com certa propriedade F, então, para ele, a proposição de que há alguma coisa com essa propriedade F é aceitável.² Se tiver uma percepção de que alguma coisa é um gato, por exemplo, então para ele, a proposição de que há um gato é aceitável.³

Um homem que vê algo que lhe parece um gato imediatamente forma a crença de que está diante de um gato. Ninguém o condenaria por isso. Mas os sentidos enganam e assumindo-se que ele tenha se enganado, que o que lhe pareceu distintamente ser um gato era na verdade outra coisa qualquer, então é necessário um critério para distinguir percepções verdadeiras das percepções falsas. O problema reside, segundo Carnéades, em que a experiência que o homem tem ao ver o gato não é em nada distinguível daquela em que ele veria um gato de verdade. Por isso, não se pode dizer que essa experiência sensível da visão de um gato possa ser considerada uma evidência imediata e segura.

Por outro lado, é evidente que o homem teve uma experiência de algo que parece ser um gato. Isso lhe concede o direito somente de considerar que é provável ou aceitável, como coloca Chisholm, que ele tenha visto de fato um gato. A certeza, não obstante, está fora de questão uma vez que a experiência sensível pode sempre

² No texto original de Sexto Empirico, o termo usado em grego é *pythanon*, que é traduzido para o inglês na edição da *Loeb Classical Library* como “probable” (“provável” em português). Devido à ideia moderna de cálculo de probabilidades associada frequentemente a “provável”, que não corresponde ao sentido original dado por Carnéades à essa palavra, Chisholm prefere usar o termo “aceitável”.

³ CHISHOLM, 1974, p. 62

levar ao erro. A partir desse gênero de experiências prováveis, Carnéades aponta para uma subclasse descrita por Chisholm no ponto (2):

(2). Algumas das nossas percepções concorrem e reforçam-se mutuamente, “conjugando-se como elos de uma corrente”. Essas percepções são por ele descritas como “não-contraditórias e concorrentes”; cada uma delas atesta o mesmo fato e nenhuma delas suscita dúvidas sobre qualquer das restantes.⁴

Quando alguém encontra um homem e o identifica como sendo Sócrates, sua base para essa identificação é uma série de características que aquele homem tem e que são as mesmas de Sócrates. Tudo isso permite que se diga que é provável que o homem que aqui está é Sócrates. Novamente deve-se apontar para o fato de que, apesar de toda a evidência favorável, ainda não se pode afirmar com certeza a identidade daquele homem, pois os sentidos podem enganar.

O terceiro ponto diz respeito também a uma subclasse, dessa vez proveniente das percepções “concorrentes e não-contraditórias”. Chisholm explica:

(3). Finalmente, da classe das percepções “não-contraditórias e concorrentes” que acabamos de descrever, Carnéades destaca ainda outro subgrupo – aquelas percepções que têm a virtude adicional de estar “meticulosamente examinadas e comprovadas”. Na “comprovação” de uma percepção, “examinamos meticulosamente” as condições em que ela ocorreu. Examinamos as condições de observação – os meios intermediários, os nossos órgãos sensórios e o nosso estado de espírito.⁵

Carnéades defende aqui um exame das disposições corporais, da saúde dos órgãos e da eficiência das faculdades, bem como da configuração do ambiente em que se dá a experiência para que se determine a confiabilidade de uma percepção. Tal avaliação é necessária para evitar que disposições inadequadas das faculdades ou do ambiente interfiram no processo do conhecimento e conduzam ao erro. Doenças, debilidades e distúrbios orgânicos podem interferir no bom funcionamento do aparelho cognitivo e situações ambientais incomuns podem limitar e até mesmo impedir uma apreensão correta do que aparece. Se as condições são ideais ou proximamente ideais, então a percepção é aceitável.

⁴ CHISHOLM, 1974, p.63

⁵ CHISHOLM, 1974, p.64

Todo esse conjunto de restrições exemplificado nos três pontos acima explanados não garante, contudo, a verdade de nenhuma experiência. Como lembra Chisholm, “uma proposição pode passar nesses testes e apesar disso, ser falsa”⁶. Do ponto de vista de Carnéades, pode-se alcançar no conhecimento uma segurança meramente provável, mas nunca uma certeza inabalável. Jamais há certeza porque não há critério absoluto para julgar as experiências que, quando falsas, aparecem justamente como apareceriam se fossem verdadeiras.

A negação do conhecimento certo e infalível empreendida pelo ceticismo acadêmico encontrou resistência não somente entre as escolas filosóficas dogmáticas, mas também, como visto anteriormente, entre os cétricos pirrônicos. Estes acusavam os acadêmicos de dogmatismo negativo, pois, se os estoicos eram dogmáticos porque afirmavam a possibilidade de um conhecimento certo e indubitável da natureza última das coisas, os acadêmicos eram igualmente dogmáticos porque negavam peremptoriamente a possibilidade de tal gênero de conhecimento.

Dissidente da Academia, Enesidemo, inspirado pela figura de Pirro de Élis, buscou formular um gênero de ceticismo que estivesse a meio caminho do dogmatismo afirmativo dos estoicos e de outras escolas e do dogmatismo negativo do ceticismo acadêmico. Ao invés de negar ou afirmar a possibilidade do conhecimento, o cétrico pirrônico suspendia o juízo acerca de toda “questão em relação à qual houvesse evidências em conflito, incluindo a questão sobre se podemos ou não conhecer algo”⁷.

Sobre as ideias de Pirro de Élis (360 – 275 B.C.) pouco se sabe, pois não deixou qualquer escrito. Sabe-se, porém, com certa segurança, que esteve na Índia e isso leva a conjecturas acerca da influência de certas crenças indianas ortodoxas e heterodoxas⁸ no pensamento de Pirro. Essa influência talvez seja confirmada pelo

⁶ IDEM, 1974, p. 65

⁷ POPKIN, 2000, p.15

⁸ Everard Flintoff, num artigo na *Phronesis* do ano de 1980 intitulado *Pyrrho and India*, aponta semelhanças interessantes entre as atitudes de Pirro e aquelas preconizadas por escolas Jainistas, Budistas e Yoguias. Na Índia, as doutrinas ortodoxas são aquelas que aceitam a autoridade da *Sruti*, conjunto de livros sagrados de origem ariana composto basicamente pelos Vedas, Upanisads, Puranas e alguns outros livros. As doutrinas heterodoxas não aceitam tal autoridade e têm sua própria *Sruti*. Entre as escolas heterodoxas, predominantemente de origem dravidiana, estão o Jainismo, o Shankhya, a Yoga e o Budismo. É certo, porém, que, a despeito das semelhanças, a renúncia ao discurso ou mesmo a tranquilidade frente às opiniões e adversidades que fazem parte da doutrina dessas escolas indianas têm relação direta com a concepção que opõe, com mais ou menos ênfase, o mundo manifestado (psíquico ou externo) a uma realidade *per se* imanifesta e destituída de atributos

fato de Pirro ter sido considerado, como R. G. Bury mostra na introdução às obras completas de Sexto Empírico, mais um moralista austero e ascético do que exatamente um teórico.⁹ Seja como for, Pirro inspirou Enesidemo por sua postura de suspensão do juízo acerca de todos os assuntos.

Enesidemo, nascido provavelmente em Creta, fez seus estudos em Alexandria e posteriormente juntou-se à Academia. Abandonou a escola platônica denunciando o que entendia ser o dogmatismo negativo de Arcesilau e Carnéades e formulou uma série de dez argumentos chamados “tropos” ou “modos” em que tenta mostrar a incapacidade dos sentidos de descobrir a natureza das coisas que percebe. Além desses argumentos, outros oito “tropos” sobre a causalidade foram formulados pelo pensador cretense, nos quais mostra as falácias envolvidas nas diversas doutrinas sobre a causalidade. Segundo o compilador Sexto Empírico, os dez tropos de Enesidemo são os seguintes:

A tradição usual entre os antigos Céticos é que os “modos” pelos quais a “suspensão” é produzida são em número de dez; (...) O primeiro, baseado na variedade dos animais; o segundo nas diferenças entre seres humanos; o terceiro, nas diferenças entre os órgãos dos sentidos; o quarto, nas condições circunstanciais; o quinto, sobre posições, intervalos e locações; o sexto, nas misturas; o sétimo, sobre as quantidades e formações dos objetos subjacentes; o oitavo, sobre o fato da relatividade; o nono, sobre a frequência ou raridade de uma ocorrência; o décimo, sobre as disciplinas, costumes e lendas, as crenças lendárias e as convicções dogmáticas.¹⁰

Os argumentos de Enesidemo aqui expostos têm como característica geral apontar diferenças entre fontes de conhecimento ou conflito entre as faculdades ou crenças a fim de evidenciar o pretense caráter indecível desses impasses e assim levar à suspensão do juízo com relação a tais problemas. Se os animais percebem as coisas de forma diferente dos humanos, se entre os homens há diferenças de percepção e os próprios órgãos dos sentidos são diversos, se as condições externas, a posição e as disposições internas influenciam nas percepções, se os objetos aparecem sempre juntos a outros objetos, são relativos uns aos outros e aparecem segundo frequências diversas, e se, por fim, as regras de conduta, as leis e as crenças

determinantes (verdadeira natureza e meta de todo ser) e não com o simples resultado de uma operação argumentativa que resulta numa indecisão entre teses opostas.

⁹ BURY, 1967, p. xxx

¹⁰ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p.25

conflitam entre si, então não há critérios para se decidir sobre a natureza última das coisas.

Além desses argumentos, outros oito “tropos” sobre a causalidade foram formulados pelo pensador cretense, nos quais mostra as falácias envolvidas nas diversas doutrinas sobre a causalidade. Os argumentos, compilados por Sexto Empírico, são os que se seguem:

O primeiro é aquele que mostra que, desde que a etiologia¹¹ como um todo lida com o não-aparente, ela é não é confirmada por nenhuma evidência derivada das aparências. O segundo modo mostra o quão frequentemente, quando há um amplo escopo para atribuir ao objeto de investigação uma variedade de causas, eles¹² atribuem-lhe somente uma. O terceiro mostra como, com o fim de ordenar os eventos, eles atribuem causas as quais não exibem nenhuma ordem. O quarto demonstra como, quando percebem a forma na qual as aparências ocorrem, eles assumem que compreenderam como as coisas não-aparentes ocorrem. Embora o não-aparente possa se dar de uma forma semelhante às aparências, nada impede que ele não se dê como as aparências, mas de uma forma própria a ele. No quinto modo é mostrado como praticamente todos os teóricos atribuem causas concordantes com suas próprias hipóteses sobre os elementos e não de acordo com métodos geralmente aceitos. No sexto é mostrado como eles frequentemente admitem somente aqueles fatos que possam ser explicados por suas próprias teorias e desprezam aqueles que com elas conflitam ainda que tenham igual probabilidade. O sétimo mostra como eles frequentemente atribuem causas que não somente conflitam com as aparências, mas também com suas hipóteses. O oitavo demonstra como, em situações de dúvida frente às aparências e coisas sob investigação, eles baseiam suas doutrinas sobre coisas dubitáveis em coisas igualmente dubitáveis.¹³

Apesar de fornecer esse arsenal argumentativo cético, Enesidemo, segundo Bury, não se furtou a propor teorias sobre o mundo e chegou mesmo a aventar teses físicas que concordavam com as ideias de Heráclito de Éfeso e a defender uma espécie de razão extracorporal e supraindividual que seria o critério da verdade. Como entender essa aparente postura dogmática no contexto do ceticismo professado por Enesidemo ainda é fruto de discussões entre os especialistas. Para alguns, ele nem mesmo era um filósofo cético, mas um pensador eclético que tentou reunir em

¹¹ Etiologia é o estudo das causas ou ciência das causas.

¹² O pronome “eles” aqui se refere aos filósofos dogmáticos contra os quais Enesidemo lança seus argumentos.

¹³ SEXTO EMPÍRICO, 1967, p. 105

uma doutrina coerente diversos aspectos e hipóteses de doutrinas anteriores e que foram seus seguidores que enfatizaram a faceta cética de seu pensamento¹⁴.

Ao final de sua apresentação dos oito modos de Enesidemo, Sexto afirma que “possivelmente os cinco modos serão suficientes contra as etiologias”¹⁵. Embora não se possa afirmar que se trate exatamente de um menosprezo com respeito à força dos argumentos do cético de Creta, o tom usado parece indicar que ele considerava que havia no arsenal cético argumentos tão eficientes quanto os dados por Enesidemo, mas que eram consideravelmente mais concisos e econômicos. Esses argumentos eram os cinco modos ou “tropos” cuja autoria foi atribuída a um certo Agripa que teria vivido mais ou menos um século após a morte de Enesidemo.

Os cinco tropos de Agripa destinam-se a mostrar que nenhuma argumentação pode estabelecer uma conclusão indubitável sobre qualquer matéria sob investigação e que, por esse motivo, deve-se suspender o juízo a respeito das mesmas. Os modos são geralmente atribuídos a Agripa, mas o compilador Sexto Empírico não menciona qualquer autor determinado para esses argumentos, limitando-se a afirmar que eles eram usados pelos “céticos tardios”, como se verifica no trecho abaixo transcrito:

Os céticos tardios lançaram mão de Cinco Modos conducentes à suspensão que são nomeadamente estes: o primeiro baseado na discrepância, o segundo no regresso *ad infinitum*, o terceiro sobre relatividade, o quarto sobre hipóteses e o quinto sobre raciocínio circular. Aquele baseado na discrepância leva-nos a achar que, com relação ao objeto apresentado, nasce, seja entre os homens comuns ou entre os filósofos, um interminável conflito devido ao qual nós somos incapazes seja de aceitar um lado ou rejeitá-lo e assim caímos em suspensão. O Modo baseado sobre o regresso *ad infinitum* é aquele por meio do qual dizemos que aquilo que é aduzido como uma prova de uma a matéria proposta necessita de uma prova ulterior e esta necessita de outra e assim por diante *ad infinitum*, tal que o resultado é a suspensão, uma vez que não possuímos nenhum ponto de partida para nosso argumento. O Modo baseado sobre a relatividade, como nós já tratamos¹⁶, é aquele segundo o qual o objeto tem tais e tais aparências com relação ao sujeito que julga e aos perceptos concomitantes, mas sobre sua real natureza suspendemos o juízo. Nós temos o Modo sobre as hipóteses quando os dogmáticos, forçados a recuar *ad infinitum*, tomam como seus pontos de partida algo ao qual eles não estabelecem por argumento, mas o assumem como certo simplesmente e sem demonstração. O Modo sobre raciocínio circular é a forma usada quando a prova que deve estabelecer a

¹⁴ IDEM, 1967, p. XLI

¹⁵ IBIDEM, 1967, p.105

¹⁶ Sexto refere-se basicamente aos Tropos de Enesidemo.

matéria sob investigação requer confirmação derivada dessa própria matéria; nesse caso, sendo incapazes de assumir uma para estabelecer a outra, nós suspendemos o juízo sobre ambas.¹⁷

Eminentemente de cunho lógico, esses tropos têm em comum a característica de minar qualquer tentativa de se fundar sobre bases indubitáveis uma argumentação ou uma demonstração sobre qualquer objeto de estudo. Como afirma o primeiro Modo, para toda a matéria sob investigação sempre existem pelo menos duas posições opostas (*diaphonia*) com razões equipolentes (*isosthenia*) e que causam no investigador honesto, incapaz de decidir entre qualquer uma das opções, um estado de espírito que o leva à suspensão do juízo (*epoché*).

E se o investigador tentar fazer com que uma opinião repouse sobre uma premissa certa e indubitável, ele logo perceberá que esta suposta premissa indubitável deverá ser assumida por argumento ou por hipótese.¹⁸ Se for assumida por argumento ela deverá ser justificada por meio de uma premissa anterior¹⁹ da qual a primeira pode ser logicamente deduzida e a nova premissa deve, por sua vez, também ser justificada por outra premissa da qual possa ser derivada e esta por outra e assim sucessivamente *ad infinitum*.

A fim de evitar esse regresso ao infinito, o investigador pode assumir como verdadeira a premissa que serve de base para seu argumento e interromper a indesejada cadeia de regressão das premissas. Para isso, contudo, ele deverá afirmar a sua verdade sem recurso a argumento, ou seja, sem demonstração. Se assim o fizer, terá caído no terceiro Modo e sua afirmação não será mais do que um dogma imposto, uma vez que nenhuma razão foi fornecida em seu apoio. Tomar a hipótese apenas como uma conjectura e então tentar confirmá-la por seus resultados seria não compreender o objetivo dos desses tropos de Agripa que é precipuamente demonstrar a impossibilidade de um conhecimento certo e infalível da natureza das coisas. A força desses argumentos está intrinsecamente ligada à concepção de um

¹⁷ SEXTO EMPÍRICO, 1967, p. 95

¹⁸ O termo hipótese (*hupothesis*) é aqui tomado não no sentido moderno de conjectura, da qual se derivam consequências e predições testáveis por experimento. O sentido, no texto, está mais próximo de *axioma*, um fundamento de caráter evidente e indubitável do qual se pode demonstrar que a tese a ser provada é logicamente deduzida.

¹⁹ Logicamente anterior e não temporalmente anterior.

conhecimento verdadeiro a partir de premissas indubitáveis e não a um esquema hipotético-dedutivo²⁰.

O investigador pode ainda querer basear suas teses sobre o testemunho dos sentidos, mas nesse caso ele terá que decidir qual desses dados dos sentidos é fidedigno, pois estes parecem variar de acordo com a configuração do ambiente, com a constituição dos homens, dos povos e diferem até mesmo entre homens e animais. O caminho para uma fundamentação certa é dessa vez obstaculizado pelos argumentos apresentados nos dez Modos de Enesidemo, agora incluídos no corpo dos tropos de Agripa.

A última alternativa do investigador é buscar a justificação de sua tese não em uma afirmação dogmática de uma premissa e nem em um regresso infinito, mas num argumento que receba sua força de uma premissa cuja validade seja garantida por uma cadeia inferencial longa o suficiente para que o primeiro termo seja invocado de novo, desta vez ao final da cadeia, como garantia de todo o resto. Ora, isso nada mais é do que um raciocínio circular e sua validade não é em geral reconhecida nem pelos ditos “dogmáticos”. Aristóteles, por exemplo, condena expressamente esse estilo de argumentação nos *Analíticos Posteriores*²¹ e o autor dos tropos, Agripa ou não, parece concordar com a condenação dogmática.

O raciocínio circular afiança a segurança de um argumento por meio da afirmação de uma premissa que, ao final de uma cadeia, será de novo afirmada para garantir a cadeia, o que não é diferente de se assumir dogmaticamente a verdade da premissa e assim não provar absolutamente nada. Como demonstra Aristóteles, quando se afirma a seguinte cadeia de condicionais “se A, então B; se B, então C”, afirma-se como conclusão que “se A, então C”. No caso de um raciocínio circular, C é substituído por A, o que resulta em “se A, então B; se B, então A”. A necessidade lógica obriga a afirmar que se no primeiro caso a conclusão seria “se A, então C”, o mesmo deve se dar no raciocínio circular. Como C foi substituído por A, a conclusão

²⁰ O exemplo mais evidente de um conhecimento hipotético-dedutivo nos dias atuais é o falseabilismo empírico proposto por Karl Popper.

²¹ ARISTÓTELES, 1952, p.99

não pode ser outra que não “se A, então A”. Isso é o mesmo que afirmar a tautologia “A é A”, o que efetivamente é inútil para propósitos de prova²².

O resultado do empreendimento do investigador honesto para justificar sua tese ou basear seu argumento em premissas seguras, sempre obstaculizado a cada passo dado por algum dos argumentos de Agripa, é a inevitável suspensão do juízo. A relatividade dos sentidos, a discordância acerca de todo e qualquer assunto, a impossibilidade de fundar um argumento numa regressão infinita, numa imposição dogmática ou numa circularidade tornam impossível afirmar qualquer conhecimento certo e infalível e conduzem ao caráter suspensivo do ceticismo. Entretanto, como já visto anteriormente, há diferenças importantes entre as pretensões do ceticismo pirrônico e aquelas do ceticismo acadêmico e é sobre elas que se concentra a obra de Sexto Empírico.

Nascido na Grécia durante o segundo século da era cristã e tendo aparentemente estudado em Atenas e Alexandria, o médico Sexto chamado Empírico (os empíricos eram uma escola de medicina) foi o principal divulgador do ceticismo no mundo antigo romano. Sua obra nada tem de original, sendo basicamente Sexto um compilador das ideias dos cétricos que o antecederam. A importância de seus escritos reside justamente no fato de reunirem de forma sistemática os argumentos tradicionais do ceticismo contra as pretensões gnosiológicas dos filósofos dogmáticos.

Somente três de suas obras sobreviveram ao tempo e chegaram até os dias de hoje: *Hipótiposes Pirrônicas*, composto de três livros; *Contra os Dogmáticos*, composto por cinco livros dos quais dois se intitulam *Contra os Lógicos*, dois outros com o título *Contra os Físicos* e um chamado *Contra os Éticos*; e o último, *Contra os Professores*, dividido em seis partes, é dedicado a atacar os gramáticos, retóricos, geômetras, matemáticos, astrólogos e músicos. Outros dois livros, chamados *Sobre a Alma* e *Notas sobre a Medicina*, são habitualmente atribuídos a Sexto, mas se perderam na antiguidade²³.

O esquecimento também foi o destino do livro mais importante de Sexto, o *Hipótiposes Pirrônicas* durante o período que vai do fim da Idade Antiga, passando

²² ARISTÓTELES, 1952, p.99. É importante notar que a relação que governa a cadeia de condicionais usada por Aristóteles como exemplo é transitiva.

²³ BURY in SEXTO EMPÍRICO, 1967, p. XLI

por toda a Idade Média até o século XVI, quando foi redescoberto e republicado. Cumpre notar que o próprio médico cético grego é uma das poucas fontes, por vezes a única, para o conhecimento da filosofia de muitos pensadores, correntes e escolas da antiguidade cujos escritos se perderam. Entretanto, segundo Bury, Sexto não foi muito mais do que um compilador e, mesmo nessa função, apesar da forma extensa com a qual descreve os argumentos dos diversos filósofos sob questão, suas informações nem sempre são confiáveis²⁴.

O livro *Hipotiposes Pirrônicas* é um grande sumário do ceticismo antigo e tem como objetivo revelar as características do modo de vida cético pirrônico, defendendo-o polemicamente das críticas lançadas por outras escolas filosóficas ditas dogmáticas, bem como desvincular o pirronismo do dogmatismo negativo da escola cética acadêmica representada pelas doutrinas de Arcesilau e Carnéades. Para Sexto, esse modo de vida cético tem como fim último a *ataraxia* (imperturbabilidade) cujo caráter é não epistemológico, mas eminentemente ético.

Logo no início do *Hipotiposes Pirrônicas*, Sexto Empírico afirma existirem basicamente três tipos de filosofia, as quais representam três atitudes frente aos resultados possíveis de uma pesquisa filosófica. Ao fim de uma investigação, pode-se afirmar a obtenção de uma verdade, ou a inapreensibilidade da mesma ou ainda continuar buscando a resposta. O primeiro caso, segundo Sexto, é o dos dogmáticos como Aristóteles, Epicuro e os estoicos que pretendem haver alcançado a verdade sobre os seus objetos de investigação. O segundo é o caso de Arcesilau e Carnéades da Academia platônica que negavam qualquer possibilidade de conhecimento certo da natureza última das coisas²⁵.

Os céticos representam o terceiro caso, pois nada afirmam ou negam, apenas seguem buscando e investigando. Sexto é cuidadoso o suficiente para enfatizar que qualquer argumento ou afirmação que fará dali por diante em seu livro deverá ser tomado não como uma postulação de que as coisas realmente se dão como é dito, mas que ele estará somente relatando cada fato como lhe aparece naquele momento, à maneira de um cronista²⁶. Cumpre notar que, já nas primeiras páginas de sua obra mais importante, o médico grego fornece ao leitor uma das chaves-mestras da

²⁴ IDEM, 1967, p. XLII

²⁵ SEXTO EMPÍRICO, 1967, p. 3

²⁶ SEXTO EMPÍRICO, 1967, p. 5

interpretação do ceticismo pirrônico: o cético não nega ou afirma, somente se atém ao que lhe aparece no momento e segue buscando.

Logo em seguida, no capítulo IV, Sexto Empírico define o que é o ceticismo nos seguintes termos:

Ceticismo é a habilidade, ou atitude mental, a qual opõe aparências a julgamentos sob qualquer forma, com o resultado que, devido à equipolência dos objetos e das razões assim opostas, nós somos levados primeiramente a um estado de suspensão mental e depois a um estado de “imperturbabilidade” ou quietude.²⁷

O cético é aquele que tem a habilidade ou atitude mental de opor as “aparências” ou evidências dos sentidos aos julgamentos do pensamento em todas as formas possíveis e que, por esse meio, por causa da equipolência das razões apresentadas, ou seja, da igual probabilidade das posições opostas, é levado à suspensão do juízo acerca da matéria estudada e assim alcança um estado mental de tranquilidade e imperturbabilidade. Sexto chega a asseverar que a causa que origina o ceticismo é a esperança de alcançar essa imperturbabilidade, pois homens de talento perturbados pelas contradições e pelas posições opostas acerca de todo assunto, buscaram descobrir a verdade sobre as questões e assim chegar à quietude de espírito²⁸.

O método ou princípio básico do ceticismo é opor uma proposição contrária para cada afirmação sobre qualquer objeto de estudo. Os céticos supõem que essa oposição irá conduzir à suspensão do juízo e, conseqüentemente, ao fim do dogmatismo. E o dogmático é aquele filósofo que afirma algo positivamente sobre as coisas, ou como diz Sexto, o dogmático é aquele que dá assentimento a proposições sobre “objetos não-evidentes da investigação científica”²⁹. O cético, por sua vez, não dá assentimento a nada não-evidente. Ainda quando o cético usa expressões que possam passar por afirmações ou certezas, como quando enuncia proposições do tipo “nada é verdadeiro”, cuja extensão o fariam entrar em contradição, elas devem ser entendidas não como posicionamentos dogmáticos sobre a natureza real das matérias

²⁷ IDEM, 1967, p. 7

²⁸ IBIDEM, 1967, p. 9

²⁹ SEXTO EMPÍRICO, 1967, p. 11

em questão, mas como expressões de sua impressão não-dogmática acerca dessas coisas³⁰.

Sexto afirma que se pode até mesmo falar em certa “regra doutrinal” no ceticismo, desde que se entenda por ela não um assentimento a coisas não aparentes, mas um procedimento que, de acordo com as aparências, segue uma determinada linha de raciocínio que indica como se pode aparentemente viver de forma correta e que também tende a conduzir à suspensão do juízo³¹. O cético pode viver segundo uma regra doutrinal que esteja ancorada nas “aparências”, naquilo que se impõe à ele como uma impressão, e não numa afirmação positiva sobre a natureza das coisas. O caráter de passividade do ceticismo pirrônico defendido por Sexto Empírico se torna mais evidente na caracterização que faz das chamadas “aparências”.

Como já dissemos anteriormente, nós não abolimos as afecções das impressões sensíveis as quais induzem nosso assentimento involuntário; e as impressões são “as aparências”. E quando nós questionamos se o objeto é tal como aparece, tomamos como certo que ele aparece e nossa dúvida não se refere à aparência ela mesma, mas à explicação dada para essa aparência – e isso é coisa diversa de questionar a aparência ela mesma. Por exemplo, o mel aparece para nós como doce (e isto nós garantimos, pois nós percebemos doçura através de nossos sentidos), mas se ele é também doce em sua essência é para nós matéria de dúvida, uma vez que isso não é uma aparência, mas um julgamento com relação à aparência.³²

As aparências sensíveis engendram um sentimento de irresistível assentimento ao qual o cético não impõe qualquer restrição e formam a base de suas ações e de suas crenças. Que há algo que aparece e que esse algo aparece de tal e tal forma são fatos evidentes e devem ser afirmados sem dúvidas. Se as aparências desse algo correspondem ou não a uma suposta essência ou natureza última da coisa, isso não é evidente e se deve, portanto, suspender o juízo. O cético é passivo diante das aparências que se lhe impõem inexoravelmente, mas é ativo na desconfiança sobre as afirmações acerca da essência dos objetos.

O critério de ação através do qual o cético distinguirá entre os atos que devem ser praticados e os que não devem ser praticados será justamente a aparência. Isso porque esta é sensivelmente percebida e engendra um sentimento e uma afecção

³⁰ IDEM, 1967, p. 11

³¹ IBIDEM, 1967, p.13

³² IBIDEM, 1967, p. 15

involuntária que não está aberta a questionamentos teóricos³³. É esse critério que permite ao cético escapar à inação que pretensamente se seguiria da dúvida acerca de todas as coisas. Se sobre cada objeto ou situação sempre é possível encontrar visões opostas e excludentes que têm o mesmo peso argumentativo, ou seja, que estão numa relação de equipolência que impede a decisão, então o cético se encontraria ameaçado pela impossibilidade de agir segundo algo que não se sabe ser verdadeiro.

Ancorando-se às aparências, o cético pode tomar o curso de ação a que estas o conduzem sem com isso comprometer-se com qualquer teoria ou hipótese defendida pelos filósofos dogmáticos sobre a verdadeira natureza dos fenômenos. O modo de vida cético vai se caracterizar por uma prática de obediência às aparências que é composta por quatro pontos principais: a direção da Natureza, a coação das paixões, as tradições das leis e dos costumes, e a instrução nas artes.

A direção da Natureza é aquela pela qual nós somos naturalmente capazes de sensação e pensamento; coação das paixões é aquela por meio da qual a fome nos move para a comida e a sede para a bebida; tradição dos costumes e leis é aquela onde tomamos piedade na conduta da vida como boa, e a impiedade má; instrução das artes é aquela onde não somos inativos nas artes as quais escolhemos. Mas nós fazemos todas essas afirmações de forma não-dogmática.³⁴

O cético se guia na vida por uma atitude não-dogmática e passiva frente à sensação irresistível de assentimento provocada pelas aparências. A sensação e o pensamento são aparentemente naturais ao homem, então o pirrônico se guiará por eles assim como obedecerá às paixões que o determinam a buscar água na sede e comida na fome. Ele também prestará assentimento às leis e costumes da cidade em que nasceu e em que vive, cumprindo os deveres prescritos nas leis e observando os costumes comuns. E se o pirrônico exerce uma arte ou profissão qualquer, ele cumprirá as determinações e procedimentos esperados de um praticante daquela arte ou profissão sem, no entanto, questionar ou sancionar qualquer postulado ou implicação teórica que porventura se encontre neles.

Todo o comportamento cético será regido por um assentimento não-dogmático ao que se lhe impõe irresistivelmente pelas aparências, sejam elas as evidências sensíveis, as formas do pensamento, as paixões e necessidades naturais,

³³ SEXTO EMPÍRICO, 1967, p.17

³⁴ IDEM, 1967, p. 17

os costumes e as leis da cidade ou as instruções de sua arte ou profissão. E o objetivo desse modo de vida cético é, como visto acima, alcançar a *ataraxia*, ou seja, a imperturbabilidade ou quietude “com respeito às matérias de opinião e um sentimento moderado com respeito às coisas inevitáveis”³⁵. Sexto declara que o cético é aquele que, a fim de alcançar a quietude separando o verdadeiro do falso, põe-se a investigar a verdade sobre as coisas, mas que, no entanto, vê-se presa de inúmeras contradições equipolentes. Não tendo como decidir, ele então suspende o juízo. E dessa suspensão se segue a *ataraxia* buscada³⁶.

Ao contrário do homem que afirma serem algumas coisas boas e outras más e que se perturba pela ansiedade de conquistar o que considera bom ou pelo medo de perder o pretense bem que já alcançou, o cético segue sem afirmar nada dogmaticamente e recebe equanimemente o que o destino lhe impõe e não busca nada avidamente³⁷. O autor do *Hipotiposes Pirrônicas* afirma que o que acontece ao cético é semelhante ao que aconteceu a Apelles, pintor da corte de Alexandre. Segundo a tradição, quando Apelles se esforçava para obter um efeito realista da espuma do cavalo ao qual estava retratando, ele irritou-se com seus reiterados fracassos e lançou sua esponja contra o quadro e, inadvertidamente, a marca da esponja produziu o efeito que suas tentativas anteriores com as tintas não conseguiram³⁸.

Analogamente, o cético é aquele que buscou a quietude por meio de uma investigação sobre a natureza das coisas, mas sendo incapaz de decidir entre posições opostas equipolentes acerca de todo objeto de investigação, acabou por suspender o juízo. Dessa suspensão seguiu-se a quietude “como por acaso” ou “mesmo como a sombra que segue seu dono”³⁹. O pirrônico evidentemente sofrerá os reveses da vida, as doenças e as tristezas. Entretanto, não afirmando nada sobre a natureza desses eventos, ele não sofrerá duplamente como aquele que além de sofrer as dores, se perturba pela crença de que o que lhe acontece é naturalmente mau.

Como se vê, o cético é passivo não só na aceitação impulsiva da inelutável força das aparências, mas também na própria suspensão do juízo (epoché) que se

³⁵ SEXTO EMPÍRICO, 1967, p.19

³⁶ IDEM, 1967, p. 19

³⁷ IBIDEM, 1967, p. 19

³⁸ SEXTO EMPÍRICO, 1967, p.21

³⁹ IDEM, 1967, p.21

configura em um estado mental que se impõe a ele de uma forma casual, semelhante à casualidade de um efeito desejado produzido não pelos meios ordinários, mas por um golpe de sorte totalmente indeliberado. Sexto parece querer enfatizar aqui o caráter não-dogmático da própria suspensão do juízo mostrando que, em sua origem, ela é governada não pela vontade do pesquisador e nem é o resultado necessário da afirmação de doutrinas negativas como aquelas adotadas pelo ceticismo acadêmico.

A expressão “suspensão do juízo” significa para o cético não mais do que a descrição do estado mental daquele que não é capaz de dizer, após a investigação, o que deve ser acreditado e o que deve ser duvidado. E se essa suspensão se deve à equipolência entre teses opostas sobre um mesmo objeto de estudo, o pirrônico não afirma categoricamente essa mesma equipolência e meramente expõe as coisas da forma em que elas aparecem a ele no momento da investigação⁴⁰. O cético é tomado por esse estado de indecisão causado pela aparente equipolência teórica das evidências e argumentos contrários.

De forma análoga, o pirrônico pode dizer que não determina nada, ou seja, não faz afirmações acerca daquilo que não lhe é aparente. E essa recusa a determinar algo significa também uma mera descrição do estado mental daquele que, no momento, se encontra incapaz de afirmar ou negar qualquer matéria que esteja sob investigação. E nisso, novamente, ele não está mais do que enunciando de forma não dogmática como as coisas lhe aparecem. Dito de outra forma, o cético “não está fazendo nenhuma declaração confidente, mas somente explicando seu próprio estado de espírito”⁴¹.

A mesma interpretação deve ser estendida a todas as expressões utilizadas pelos cétricos que tenham um caráter aparentemente dogmático. Assim, quando o pirrônico diz “todas as coisas são indeterminadas” ou “todas as coisas são inapreensíveis”, ele não está afirmando peremptoriamente uma suposta incapacidade real e última das coisas serem determinadas ou apreendidas. Nesses casos, o cético afirma que após investigar todas as coisas não-arentes que o dogmático apresenta, ele chegou a um estado tal que se sente incapaz de afirmar algo sobre essas matérias. E esse estado é momentâneo, ou seja, se refere ao tempo presente da investigação. Até o momento, o cético não encontra motivos para mudar de ideia e, por enquanto,

⁴⁰ IBIDEM, 1967, p.115

⁴¹ SEXTO EMPÍRICO, 1967, p.117

vai manter-se no estado de suspensão do juízo causado pela aparente equipolência das teses opostas⁴².

Todos os adversários dogmáticos do ceticismo pirrônico partilham da mesma pretensão de afirmar conhecimento certo da natureza última das coisas. Desse modo, segundo Sexto, ainda que certas escolas dogmáticas ou sofistas pareçam compartilhar certas teses com os pirrônicos, é preciso ter em mente que estes não afirmam nenhuma tese acerca de qualquer assunto e que meramente expõem o estado mental de suspensão em que se encontram no momento. Sob uma aparente concordância exterior se encontra uma verdadeira distinção de significado e de ênfase que separa radicalmente pirrônicos e dogmáticos, mesmo que estes se intitulem também céticos. A esse respeito Sexto escreve no *Hipotiposes*:

Os partidários da Nova Academia, embora afirmem que todas as coisas são não-apreensíveis, diferem dos céticos mesmo com respeito a essa declaração de que todas as coisas são não-apreensíveis (pois eles afirmam isso positivamente, enquanto que o cético considera possível que algumas coisas sejam apreendidas); mas eles diferem também com relação ao seu julgamento acerca das coisas boas e más. Pois os acadêmicos não descrevem uma coisa como boa ou má como nós fazemos; eles fazem isso com a convicção de que é mais provável que aquilo que eles chamam de bom seja realmente bom do que o oposto e assim também no caso do mal, enquanto que quando nós dizemos que algo é bom ou mal, não adicionamos a isso nossa opinião de que aquilo que dizemos é provável, mas simplesmente nos conformamos à vida de forma não-dogmática, pois não podemos evitar a ação.⁴³

O cético pirrônico, ao contrário do acadêmico, não afirma sequer que suas impressões sejam mais prováveis do que quaisquer outras. Para ele, o curso de ação a que é levado a tomar pelas aparências não é mais provável do que o curso oposto. O bem que lhe parece bem e o mal que lhe parece mal não são, por isso, considerados como tais de forma absoluta ou mesmo provável. O cético não faz diferenças de graus de probabilidade⁴⁴ entre as impressões, sensíveis ou não, que se apresentam a ele. Enquanto impressões, elas são iguais em termos de probabilidade ou improbabilidade⁴⁵.

⁴² IDEM, 1967, p. 117 -119

⁴³ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p. 139

⁴⁴ Deve-se lembrar que Sextus não se refere, em absoluto, à probabilidade nos termos atuais de cálculo de probabilidades, mas sim à doutrina do ceticismo acadêmico, já esclarecida anteriormente.

⁴⁵ Op. Cit. p. 139

Após a apresentação das características do ceticismo pirrônico, Sexto Empírico se dedica então a expor seu vertiginoso arsenal de argumentos compilados com o objetivo de fornecer ao investigador as armas de que necessita para seus próprios debates, sejam eles contra algum adversário determinado ou contra si mesmo, num solilóquio. Não obstante a variedade dos argumentos reunidos pelo médico cético grego em suas obras, estas parecem ter tido pouca influência mesmo no debate filosófico da antiguidade tardia. Pouco ou nada restou da polêmica dos céticos contra os estóicos, epicuristas e acadêmicos nos séculos posteriores e a referência mais óbvia é o livro de Cícero intitulado *Academica*, que dificilmente pode ser considerado de grande acuidade ou fidelidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANNAS, J.; BARNES, J. *The Modes of Scepticism: Ancient Texts and Modern Interpretations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- ARISTÓTELES. *Metaphysics*. Trad. David Ross. In: Britannica Great Books, Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc., vol.8, 1952.
- _____. *Physics*. Trad. R.P. Hardie e R.K. Gaye. In: Britannica Great Books, Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc., vol.8, 1952.
- _____. *Posterior Analytics*. Trad. G.R.G. Mure. In: Britannica Great Books, Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc., vol.8, 1952.
- BARNES, J. *The Beliefs of a Pyrrhonist*. In: *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 208 (New series 28), 1982, 1-29.
- BETT, R. *Pyrrho, his antecedents, and his legacy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BROCHARD, V. *Les Sceptiques Grecs*. Paris: Vrin, 1969.
- BURNYEAT, M. *Can the Sceptic Live his Scepticism?* In: BARNES, J.; BURNYEAT, M.; SCHOLFIELD, M. (Eds.). *Doubt and Dogmatism: Studies in Hellenistic Epistemology*. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- BURNYEAT, M.; FREDE, M. *The Original Sceptics: A Controversy*. Indianapolis: Hackett, 1997.

- FLINTOFF, E. *Pyrrho and India*. In: *Phroneis: A Journal for Ancient Philosophy*. Assen, Holanda: E.J.Brill. Vol. 25, números 1-2, 1980, p.88-108.
- HANKINSON, R. J. *The End of Scepticism*. In: *Kriterion, Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, Volume XXXVIII, número 96, julho a dezembro, pags. 7 – 33, 1997.
- POPKIN, R. *História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.
- SEXTO EMPÍRICO. *Outlines of Pyrrhonism*. London: William Heinemann Ltd, 1976.
- STROUD, B. *The Significance of Philosophical Scepticism*. Oxford: Clarendon, 1984.